

Tesouro contabiliza atrasos

por Flora Holzman
de Brasília

O problema do endividamento externo dos governos estaduais, municipais e das entidades a eles vinculadas poderá agravar-se em 1991, porque além de honrar a totalidade dos compromissos vencidos com receita própria a União espera receber cerca de Cr\$ 1,2 bilhão de retorno correspondentes aos juros sobre o estoque acumulado. Até 31 de dezembro último, o saldo apurado alcançava o patamar de US\$ 11,2 bilhões.

De acordo com o diretor do Departamento do Tesouro, Roberto Figueiredo Guimarães, o orçamento do próximo ano só inclui dotações para honrar as dívidas externas, com aval da União, contraídas junto aos organismos internacionais. Na prática, o que o governo pretende é transferir a responsabilidade do pagamento aos estados e municípios que além dos compromissos vencidos terão que pagar 100% dos juros sobre o estoque.

As estatais federais, no entanto, deverão ter um tratamento diferenciado, pois a União se propõe a rolar o principal, estimado em US\$ 2,3 bilhões com a emissão de títulos e rolar os 100% dos juros, avaliados em US\$ 692,5 milhões, com parte das receitas dos retornos da rolagem dos estados e municípios.

As novas regras, contudo, poderão ser modificadas no Congresso, uma vez

que o projeto de lei ainda está sendo avaliado na Comissão Mista de Orçamento. As autoridades da área econômica, porém, não parecem dispostas a abrir mão da nova política. Tanto assim que se encontra em estudo no Banco Central nova sistemática a ser adotada na rolagem das dívidas com aval da União.

Desde abril do ano passado, no entanto, os pagamentos externos devidos pelos estados, municípios e suas entidades estão atrasados, confirmou o diretor do Tesouro. O argumento para adiar o fechamento de câmbio, usado tanto pela União como pelos devedores originais, tem embasamento no fato de que a totalidade da dívida externa do Brasil está em fase de renegociação e, portanto, não se justifica o desembolso imediato seja por parte do Tesouro, seja dos governos estaduais e municipais.

Nem mesmo a amortização dos encargos sobre serviço da dívida ou os vencimentos dos MF — empréstimos ponte — concedidos neste ano — vêm sendo pagos regularmente pelos estados, municípios e suas entidades. Até o final do ano, estima-se que o total a ser amortizado deverá alcançar o patamar de US\$ 2,1 bilhões.

Foi justamente em razão dos atrasos na amortização das dívidas acumuladas que a União se viu obrigada a reduzir o percentual de rolagem previsto para este ano.

ESTIMATIVA DE RECEITA E DESPESA EMPRÉSTIMOS PONTE 1991 DE ACORDO COM PROJETO ORÇAMENTÁRIO

	em US\$ mil
Receitas — Total estimado	1.241.549,6
Concessionárias energia elétrica (E.M.)	429.005,1
Estatais Estaduais	341.836,5
Entidades municipais	1.676,1
Governos Estaduais	396.999,4
Prefeituras	72.032,5
Despesas c/ pagamento juros das estatais federais — total estimado (rolagem 100% com retornos)	692.600,0
Grupo Eletrobrás (juros)	410.600,0
Grupo Siderbrás (juros)	199.900,0
Total do principal devido em 91 pelas entidades federais com rolagem em 100%	2.350.000,0
Grupo Eletrobrás (principal)	1.204.800,0
Grupo Siderbrás (principal)	902.300,0
Saldo estimado para eventual pagamento do principal sem colocação de títulos	548.949,6
Fonte: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	